

A defesa perante Jerónimo Soares Barbosa nas *Anotações à Arte da Grammatica Portugueza* de Pedro José de Figueiredo

Sónia Duarte

Centro de Linguística da Universidade do Porto

Abstract

Following a previous study (Duarte 2010), this article focuses on the criticisms made in Barbosa's *Grammatica Philosophica* (Lisboa 1822) to Figueiredo's *Arte da Grammatica* (Lisboa 1799), but now dealing with all the subjects on which lies the debate between the two grammarians. Simultaneously, the comparative analysis of Figueiredo and Barbosa attempts to contextualize both the issues and argumentation of the debate considering the preceding, contemporary and subsequent grammatical tradition, as well as to reach some conclusions on the theoretical inheritance of both these authors.

Keywords: Figueiredo, Barbosa, article, hyperbaton, word order, nineteenth century.

Palavras-chave: Figueiredo, Barbosa, artigo, hipérbato, ordem de palavras, século XIX.

1. Introdução

Pedro José de Figueiredo (1762 - 1826) é um autor cuja única obra metagramatical - *Arte da Grammatica Portugueza* (Lisboa 1799) - se encontra ainda insuficientemente estudada, apesar da atenção específica recebida mais recentemente (Fontes, 2006 e 2010; Duarte, 2010 e no prelo). Segundo Inocêncio Silva (1862: tomo VI, 415-419), o texto de Figueiredo terá contado com quatro edições em Portugal durante trinta e oito anos (1799, 1804, 1811, 1837)¹. Não obstante, tanto os dados recolhidos em Vilela da Silva (1828: 76) como os encontrados em fontes arquivísticas contrariam a informação prestada sobre uma edição de 1827 no *Diccionario Bibliographico Portuguez* (Silva, 1862, VI: 417), onde se interpreta que tal data

Textos Seleccionados, XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2012, pp. 235-255, ISBN 978-989-97440-1-1.

¹ Esta é - convém adverti-lo - a informação reproduzida em Duarte (2010: 11, n.5).

corresponde a uma gralha sendo a correta a de 1837. Com efeito, segundo os dados sobre Figueiredo no Registo de Obras da Imprensa Régia, as edições de 1827 e 1837 correspondem, efetivamente, a duas edições diferentes². Segundo informa ainda Vilela da Silva (1828: 76), para além das edições portuguesas, terá havido apenas mais uma edição brasileira não autorizada (Baía 1817)³.

Já Jerónimo Soares Barbosa (1737 - 1816) é um nome destacado entre os gramáticos portugueses do seu tempo, em especial pela sua *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, publicada em Lisboa, em 1822, com a chancela da Academia das Ciências. Esta obra contou com quase o dobro das edições da *Arte* de Figueiredo: sete edições ao longo do século XIX, ocorrendo cinco delas no curto período de vinte anos⁴. Apesar de após a sétima edição da *Grammatica Philosophica* se assistir a uma diminuição do interesse pelo seu autor, conforme explica Torres (2004: 4), a partir de meados do século XX, o impacto da linguística generativa, vem alterar essa situação tornando Barbosa naquele que é talvez o mais estudado dos gramáticos da sua época⁵.

Assim sendo, já seria suficiente motivação para este estudo, procurar situar teoricamente a obra de Figueiredo perante aquele que, no contexto português, tem sido considerado como o referente por excelência da gramaticografia da sua época e dos gramáticos racionalistas coevos, em particular⁶. Contudo, acresce ainda que Barbosa, na obra que lhe trouxe maior notoriedade, tece duras críticas à *Arte* de Figueiredo, às quais este responde na quarta edição da sua *Arte*. Tanto quanto se sabe, trata-se de um debate

² Agradeço à Doutora Margarida Ramos, Diretora do Arquivo da Imprensa Nacional, e ao Doutor Rolf Kemmler, por meio de quem pude aceder aos resultados da consulta do referido arquivo, a sua valiosa ajuda nesta matéria.

³ Apesar da sua escassa repercussão em território português e das críticas que, como aqui se demonstrará, recebeu dos gramáticos nacionais, a *Arte* de Figueiredo, chegou a ser apresentada como a melhor gramática portuguesa, nas entradas relativas a Portugal, de algumas enciclopédias estrangeiras, como a *Encyclopaedia Americana* (Filadélfia 1844) de Francis Lieber.

⁴ A primeira destas edições tem lugar seis anos depois da morte do autor, embora a obra em questão estivesse pronta para sair à luz desde 1803, conforme discutem com particular detalhe, Kemmler, Assunção e Fernandes (2009). Depois disso, sai à luz em 1830, 1862, 1866, 1871, 1875 e 1881, segundo informação recolhida em Cardoso (1986: 132, n. 1) e atualizada em Kemmler, Assunção e Fernandes (2009). A oitava edição, publicada por Torres (2004), foi a consultada para efeito deste trabalho. Como informa Inocêncio Silva (1859, III: 276-278; 1883, X: 135-137; 1884, XI: 275) Barbosa publicou ainda outros dois tratados gramaticais, ambos de carácter escolar: *Eschola Popular das Primeiras Letras* (Coimbra 1796) e *As duas línguas ou Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza Comparada com a Latina para Ambas se aprenderem ao mesmo tempo* (Coimbra 1807). Sobre as mesmas, cf., respetivamente, Kemmler (2010) e Ponce de León (inédito). Agradeço a ambos os autores a constante partilha dos seus trabalhos.

⁵ Em Torres (2004: 3-6), podemos encontrar uma descrição do estado da questão até à data da oitava edição da *Grammatica Philosophica*. Desde então, entre os trabalhos publicados sobre Barbosa, destacam-se os estudos de Amor Couto (2004); Schäfer-Prieß (2005); Kemmler, Assunção & Fernandes (2009) e Torres (2010).

⁶ Neste estudo, a expressão racionalista será utilizada num sentido lato, ainda que neutralizando certas oposições como as que, a dada altura, aqui se identificarão, entre racionalistas e sensualistas.

gramatical circunscrito aos textos em estudo⁷, mas de cujo relevo parece sintomático o destaque que lhe dá Inocêncio Silva (1862, VI: 417). Embora já se tenha tratado desta polémica noutra lugar (Duarte, 2010), tal foi feito desde uma perspetiva focalizada em apenas um dos temas que a alimentam⁸, continuando a faltar - como aliás aí já se refere - um estudo global dos aspetos que estão na base do conflito teórico entre os dois gramáticos⁹. A essa tarefa se dedica o presente trabalho, confrontando a posição dos dois autores a esse respeito e tentando situar tal matéria no quadro da tradição gramatical precedente, com particular destaque para a gramática racionalista - corrente na qual ambos se inscrevem, ainda que diferentemente.

Para este efeito, optar-se-á por privilegiar a argumentação defensiva de Figueiredo exposta nas "Anotações"¹⁰. Não é descurada a informação presente na totalidade das obras, mas é nas notas que Figueiredo investe em precisões teóricas que justifiquem as suas opções. Os dados recolhidos serão organizados em função dos aspetos geradores da polémica, distinguindo entre os momentos em que Figueiredo isola as críticas de Barbosa e aqueles em que as dilui no confronto com outros gramáticos.

2. O artigo

É em redor desta classe de palavras que se desenvolve a primeira referência à censura de Barbosa: "com a diferença, que noto no artigo, sei que escandalizei a certo grammatico para levantar contra mim renhida controversia"¹¹ (Figueiredo, 1827: 117-118, n. 4). O comentário em nota centra-se sobre a distinção entre artigo definido e indefinido, no entanto, a sua inserção no corpo do texto, precisamente antes da apresentação das formas do artigo, permite a leitura de que a defesa de Figueiredo não incide na separação entre definido e indefinido, mas sim nas formas deste último. Com efeito, na *Grammatica Philosophica*, tal diferenciação não só não é objeto de crítica, como, além de expressamente admitida, é ainda sustentada de forma convicta, advertindo para a existência de opiniões contrárias e rebatendo-as, pelo esclarecimento da ambiguidade formal das estruturas que o materializam.

⁷ Com efeito, em *As duas Linguas* - o seu outro texto metagramatical publicado após a primeira edição da *Arte* - nos aspetos que são eixo do debate, Barbosa não faz qualquer referência crítica a Figueiredo.

⁸ Designadamente, o tratamento da sintaxe figurada. Com efeito, a este respeito, o presente trabalho basear-se-á fundamentalmente nesse estudo.

⁹ Fontes (2006: 93) e Schäfer-Prieß (no prelo: cap.1.9.6.) abordam igualmente o tema em análise, no entanto, este não é aí objeto de desenvolvimento específico.

¹⁰ O título completo é "Anotações que pareceram convenientes para melhor entendimento desta Arte" e ocupa as páginas 115 a 160 - um total de quarenta e seis páginas face a cento e dez do corpo do texto.

¹¹ Contrariamente a Barbosa, que o critica frontalmente, Figueiredo nunca identifica explicitamente o seu censor, optando antes por referências indeterminadas, como é visível nesta passagem.

Do primeiro destes dous Artigos ninguém duvida. Porém do segundo duvidão muitos, dizendo que he o mesmo que o numeral *Hum*, ou que o determinativo vago *Hum certo (quidam)*. He verdade que elle tem tambem estas acceções, e usos. Porém quando elle exprime ou a unidade numeral, ou a unidade de hum individuo, certo e determinado em mente, que não queremos nomear, nem determinar; então não he Artigo; e so o he, quando toma o nome commum individualmente sem o applicar a hum unico individuo, ou a hum mais que a outros. Neste sentido he que lhe damos plural, qual não tem nem pode ter como numeral (Barbosa, 2004[1822]: 201).

Contudo, em Barbosa, o indefinido corresponde às estruturas *hum, huma*, enquanto que Figueiredo preenche essa categoria com as formas que são aqui objeto de censura:

De tudo o que fica dito, se vê claramente que o officio dos Artigos não he para declinar os nomes, nem para mostrar o seu genero. Pois muitos delles, não admittindo Artigo, como vimos, ou ficarião sem declinação e sem genero, o que he absurdo: ou para evitar este, seria necessario cahir no outro, em que cahio o Auctor modernissimo da *Arte da Grammatica Portugueza*, impressa em Lisboa em 1799 Part. I. Cap. I § II., fazendo hum novo Artigo Indefinito, até agora desconhecido, das preposições *De e A* (Barbosa, 2004[1822]: 206).

Como se conclui, não é possível dissociar a polémica sobre as formas do indefinido da questão da função do artigo. Na passagem supracitada, Barbosa faz referência expressa à parte do texto de Figueiredo que remete para esta última matéria. Se bem que Barbosa também rebate o valor do artigo enquanto indicador de género, interessa aqui realçar o seu papel na declinação dos nomes, dado que a defesa de Figueiredo se centra aí e as formas censuradas resultam desse tipo de variação, como atesta a figura 1.

Masculino.				Feminino.			
Def.	Indef.	Def.	Indef.	Def.	Indef.	Def.	Indef.
Singular.		Plural.		Singular.		Plural.	
O.	De.	Os.	De.	A.	De.	As.	De.
Do.	De.	Dos.	De.	Da.	De.	Das.	De.
Ao.	A.	Aos.	A.	A'.	A.	A's.	A.
O.	Ao.	Os.	Aos.	A.	A.	As.	A.
O.	Do.	Os.	Dos.	A.	Da.	As.	Das.

Figura 1: Paradigma do artigo (Figueiredo, 1827: 7).

Em lugar das noções de *declinação/caso*, Figueiredo recorre ao conceito de relação, apresentando-o como uma propriedade nominal, na quarta edição da *Arte*¹²: "a relação determina o gráo da dependencia, que tem entre si, e são seis as relações no nome que se dizem *Agente, Pessoa, Restrigente, Recipiente, Paciente e Circumstancia* (Figueiredo, 1827: 6)". Contudo, conforme se retira da descrição que delas faz posteriormente (Figueiredo, 1827: 98-102), as noções anteriores correspondem, por esta ordem, aos casos latinos: *nominativo, vocativo, genitivo, dativo, acusativo, ablativo*.

No entanto, ao sustentar, por outro lado, que os nomes são em rigor indeclináveis, Figueiredo justifica o papel que propõe para o artigo defendendo que "para se poderem distinguir em cada um delles as diferentes relações é necessario que seja precedido do artículo" (Figueiredo, 1827: 8). Contrariamente, é apoiando-se precisamente nesta ideia da indeclinabilidade dos nomes¹³ que Barbosa recusa o papel que Figueiredo atribui ao artigo e defende em alternativa que a função dos mesmos reside em "os tirar da sua generalidade, e mostrar que se tomam em hum sentido individual" (Barbosa, 2004[1822]: 200). Contudo, no tratamento das preposições, afirma contraditoriamente: "isto não obstante, nossa Lingua consegue o exprimir com toda a facilidade pela posição dos nomes, pelo artigo, e pelas preposições, todas as relações que os Latinos exprimião pelos seus seis casos" (Barbosa, 2004[1822]: 401). Este tipo de incoerências sobre o papel do artigo como indicador de caso é denunciado por Figueiredo (1827: 116-117, n. 3) que critica a generalidade da tradição gramaticográfica portuguesa, quer antiga quer coeva, pela atribuição ao artigo do valor de indicador de caso num contexto em que nem se admitem dentro dessa categoria formas suficientes para exprimir a totalidade das relações envolvidas, nem se tratam desde essa perspetiva as outras estruturas que se considera suprirem esse papel. Não há, contudo, dados suficientes para afirmar com segurança que visa Barbosa nessa crítica, já que o autor da *Grammatica Philosophica*, assume a ótica defendida por Figueiredo, tanto durante o tratamento das preposições (2004[1822]: 366-402), como no livro sobre a sintaxe (2004[1822]: 452-460).

Embora a censura de Barbosa vise duas formas, Figueiredo apenas alude ao confronto sobre uma delas, argumentando com critérios semânticos e sintáticos.

"(...) 1.º *de* articulo não denota circumstancia, mas restrição (...): 2.º não pode dar-se senão depois de substantivos, conforme a regra, e a preposição *de* tẽ lugar depois de adjectivos, e de verbos: 3.º mudado para o latim só lhe deve corresponder genitivo (...) e sendo preposição (...), na mudança para o latim equival preposição a preposição (...)": 4.º sendo preposição pode resolver-se per outra, com tanto que subsista inteiro o sentido da oração, o que nunca pode ter lugar no articulo, que nesta relação de restringente é immutavel" (Figueiredo, 1827: 150-151, n.5).

¹² Não acontece o mesmo nas edições anteriores, onde segue a tradição normativa a respeito dos casos.

¹³ Na *Grammatica Philosophica*, apenas há uma exceção: "os Pelloaes primitivos Eu, Tu, Elle são os únicos nomes, que na Lingua Portugueza tem declinação e *Casos* (...)" (Barbosa 2004 [1822]: 208).

Já relativamente à forma *a*, embora sem fazer qualquer referência ao conflito teórico com Barbosa, sustenta a sua fundamentação distinguindo semântica e formalmente os papéis que a referida forma pode assumir: "e assim se dá com *a* que é sempre articulo quando significa ou é signal de recipiente, ou de paciente; e preposição, quando vier anteposta a circumstancias" (Figueiredo 1827: 153, n. 7).

O étimo da palavra *artigo* é outra das matérias sobre a qual há divergências¹⁴:

O artículo não se deriva do verbo grego ἄγω, que significa adaptar, preparar, como escreveu sem consideração deus grammatico moderno, mas tem uma verdadeira etimologia em ἄρθρον; dithão latina, deduzida de ἄρθρον, que em grego quer dize futura; do união de nervos; segundo bem ponderou o illustre Batroa (Grammatica pag. 99, a que nós propriamente chamamos artelho; e bem como da lança, e ligadura dos nervos se sustem o corpo; assim do ajuntamento do artelho se compõe a oração.

Figura 2: (Figueiredo, 1827: 150, n.4)

Observe-se que, apesar de se confirmar, em Barbosa (2004[1822]: 199-200) que pode ser a este que Figueiredo se refere, a etimologia não é uma das questões levantadas pelo autor da *Grammatica Philosophica*. Trata-se do único ponto em que, no que toca a Barbosa, Figueiredo passa do registo defensivo ao da censura ativa.

Passando à análise do significado destas divergências em termos doutrinários, procurar-se-á agora situar o debate acerca do artigo no quadro das ideias racionalistas, centrando a atenção naquilo que ele apresenta de mais significativo. Para tal, além das fontes expressas¹⁵, estudar-se-á aqui igualmente a aproximação a alguns casos mais representativos, tanto entre a gramática racionalista francesa dos séculos XVII e XVIII, como entre as obras que fizeram eco dessa tradição em Portugal¹⁶. Assim, considerar-se-ão aqui, como termos de referência, por um lado, as obras de Antoine Arnauld & Claude Lancelot (1660) e de Jean le Rond d'Alembert & Denis Diderot (1751-1765), destacando-se entre os colaboradores destes últimos César Dumarsais e Nicolas Beauzée, pela sua responsabilidade nas entradas de maior relevo para a matéria

¹⁴ Esta questão não é sequer aflorada nas anteriores edições.

¹⁵ Sobre esta matéria, remete-se aqui para trabalhos que já dedicaram especial atenção à mesma e/ou à questão dos antecedentes dos dois autores, nomeadamente os de Amor Couto (2004: 24-26) e Torres (2004: 15-31), no tocante a Barbosa, e ainda Fontes (2006: 75-91), relativamente a Figueiredo.

¹⁶ Por necessidades de contenção de espaço, selecionaram-se apenas as obras que, entre os primeiros expoentes destas ideias, se afiguram como mais emblemáticas. Sublinhe-se, no entanto, que, como põem em evidência Torres (2004: 15-24) e Fontes (2006: 194-195), o alinhamento com as referências de cunho racionalista não exclui a dívida de ambos os autores para com a produção gramatical precedente de inspiração normativa. Para mais informação sobre os antecedentes e receção do racionalismo francês em Portugal cf. Bernardo (1985), Schäfer-Prieß (2001), Lupetti (no prelo), Kemmler (no prelo). Agradeço aos autores dos textos inéditos a sua generosa cedência.

em estudo; por outro lado, no âmbito da gramaticografia portuguesa de inspiração racionalista, selecionou-se a gramática de António dos Reis Lobato (Lisboa 1770)¹⁷.

Excepcionalmente começar-se-á por referir um aspeto que nenhum dos dois autores aponta como matéria de divergência: a consideração ou não do artigo como categoria autónoma. Torna-se necessário abordá-lo, pelo carácter fundamental desta questão, pela dimensão que adquiriu na gramática racionalista e, sobretudo, pelo relevo que tem na diferenciação do alinhamento doutrinal de Barbosa e Figueiredo.

Conforme se verifica no quadro 1, Figueiredo defende a autonomia do artigo, na linha dos gramáticos de Port-Royal e de Lobato, e contrariamente ao sustentado por Barbosa (2004[1822]: 199-207), que o considera uma subclasse nominal - mais exatamente uma subclasse dos nomes adjetivos - e que propõe para os artigos a designação de *determinativos geraes*, seguindo o modelo da *Encyclopédie*, onde Dumarsais os integra entre os adjetivos. É, contudo, em Beauzée que Cardoso (1986: 95) situa o precedente da designação *adjectivos determinativos*. Em Portugal, como aponta Schäfer-Prieß (no prelo¹⁸: cap. 4.5.3.5.3), tal designação foi usada, antes de Barbosa, por António de Morais Silva em *Epítome da gramática da língua portuguesa* (Lisboa 1806), registando-se semelhanças entre as descrições destes dois gramáticos.

Note-se igualmente que, como já evidenciou Schäfer-Prieß (no prelo: cap. 4.5.2.2.1.), tanto Barbosa como Figueiredo se demarcam da proposta de oito classes de palavras, dominante na tradição latino-portuguesa. Enquanto que Figueiredo - excetuada a consideração do artigo, inexistente em Latim - se integra num esquema triádico que remonta à proposta racionalista de Sánchez de las Brozas desenvolvida na sua *Minerva o de causis linguae latinae* (Salamanca 1587), Barbosa é abrangido pelos esquemas entre oito e cinco classes que Schäfer-Prieß designa como "o sistema da *Grammaire Générale* francesa" (Schäfer-Prieß no prelo: cap. 4.5.2.2.3.), não obstante os modelos de inspiração dos mesmos nem sempre coincidam com o intervalo numérico apontado, como é o caso das propostas francesas aqui tratadas.

¹⁷ Efetivamente, a importância destas obras para os autores em estudo foi já reconhecida por Bernardo (1985) e Torres (2004), que procuraram determinar a influência quer da *GGR*, quer da *Encyclopédie* relativamente a Barbosa, enquanto que Fontes (2006) centrou o cotejo entre Figueiredo e Lobato.

¹⁸ Trata-se da tradução do seu trabalho de agregação (*Habilitationsarbeit*), originalmente publicado em 2000.

Figueiredo (1827: 6)	4 classes: artigo, nome, verbo e partícula.
Barbosa (2004[1822]: 163)	6 elementos da oração: 5 partes discursivas (nome substantivo, nome adjetivo, verbo substantivo, preposição e conjunção) e 1 parte interjetiva (interjeição).
Arnauld & Lancelot (1660: 30)	9 classes: a) as que significam o objeto do pensamento: nome, artigo, pronome, particípio, preposição, advérbio; b) as que significam o modo de pensar: verbo, conjunção, interjeição.
Diderot & D' Alembert (1751-1765, XVII: 48)	9 classes: nome, pronome, adjetivo, verbo, preposição, advérbio, conjunção, interjeição.
Lobato (1815[1770]: 8)	9 classes: artigo, nome, pronome, verbo, particípio, preposição, advérbio, conjunção, interjeição.

Quadro 1: as classes de palavras/partes da oração

Como revela o quadro que se segue, do ponto de vista do enquadramento teórico, também as definições do artigo são merecedoras de análise.

Figueiredo (1827: 6)	"Articulo é a voz, ou a parte da oração, que precede ao Nome como signal, ou distinctivo de suas propriedades. As propriedades do Nome são tres: <i>Genero, Numero, e Relação</i> ".
Barbosa (2004[1822]: 199-200)	"Della se servirão os Grammaticos para designar certos Adjectivos determinativos. monosyllabos e frequentissimos no discurso, que persi não tem significação alguma; mas postos antes dos nomes comuns, dispõem de antemão, e advertem o ouvinte para tomar os dictos nomes em hum sentido individual, ou ja determinado pelo discurso e pelas circunstancias; ou que se vai a determinar; ou que se não quer determinar".
Arnauld & Lancelot (1660: 52)	"(...) Presque en toutes les Langues on a inventé de certaines particules appellées <i>Articles</i> qui en détermient la signification d'une autre maniere tant dans le singulier, que dans le plurier".
Diderot & D' Alembert (1751-1765, I: 722)	"Les Grammairiens ont appellé <i>articles</i> certains petits mots qui ne signifient rien de physique, qui sont identifiés avec ceux devant lesquels on les place, & les font prendre dans une acception particulière".
Lobato (1815[1770]: 8)	"ARTIGO he huma palavra, que por si só não significa cousa alguma completamente; mas posta na oração antes do nome Appellativo, ou Commum, lhe restringe, e determina a sua significação geral, fazendo-a pertencer a huma só pessoa, ou cousa".

Quadro 2: o artigo - definição¹⁹

A respeito da evolução das definições do artigo na tradição gramatical portuguesa, Schäfer-Prieß comenta o significado da mudança de critérios em que as mesmas se alicerçam, observando um desenvolvimento desde o critério morfológico (flexão) e sintagmático (posição) até ao critério semântico (modificação do significado), sendo que tal pode estar relacionado com "uma mudança dos texto-modelo de tradição latina para a *Grammaire Générale*" (Schäfer-Prieß, no prelo: cap. 4.5.3.6.1.). Como ilustra ainda o quadro 1, o critério semântico - que separa as definições de Barbosa das de Figueiredo - tem precedentes, na tradição francesa, mas também em Lobato, em cuja definição do artigo Schäfer-Prieß (no prelo: cap. 4.5.3.5.1.) vê um traço inovador pela combinação de critérios. Figueiredo, na descrição do artigo e respetiva proposta de classificação (cf. quadro 3) concilia igualmente o critério semântico com o funcional, mas na sua argumentação defensiva esforça-se sobretudo por legitimar este último. Nesse esforço, Figueiredo (1827: 116-117, n.3; 148-149, n. 3) recorre à autoridade de autores de diferentes épocas, origens e enquadramentos teóricos, entre os quais se contam alguns gramáticos de inspiração racionalista, como Jerónimo Contador de Argote, Júlio César Escalígero e Silvestre de Sacy. Do ponto de vista doutrinal é ainda relevante que justifique a sua proposta com conceitos-chave da teoria racionalista: "(...) Pareceu-me conforme com a razão, natural, intelligivel, bem fundada e mui propria do methodo que me propuz em toda esta grammatica" (Figueiredo, 1827: 118, n. 4).

Figueiredo (1827: 6)	"O articulo mostra pela differença em si mesmo estas propriedades do Nome (...), e é de dous modos, uma vezes é <i>definido</i> designando cousa certa e determinada; outras é <i>indefinido</i> , e denota a cousa indeterminadamente".
Barbosa (2004[1822]: 200-201)	"Nós temos na nossa Língua dous Artigos hum <i>Definito</i> , que he <i>o, a</i> para o singular, e <i>os, as</i> para o plural; porque mostra que o nome commum, que se lhe segue, se deve tomar individualmente no sentido, ou ja determinado pelas circunstancias, e pelo discurso antecedente, ou que se vai a determinar para diante: outro <i>Indefinito</i> , que he <i>Hum, Huma</i> para o singular, e <i>Huns, Humas</i> para o plural; porque mostra tambem que o nome Appelativo a que se ajunta, se toma individualmente, mas de um modo vago, e ainda não determinado, e que se vai a determinar por alguma idea nova, que se lhe accrescenta, para o especificar mais".

¹⁹ Nas transcrições dos autores selecionados, procedeu-se em dois casos a uma modernização dos grafemas: i) na *GGR* uniformizou-se na letra "s" a representação da sibilante surda, e, na letra "v", a representação da fricativa labiodental sonora.

Arnauld & Lancelot (1660: 52)	"Les Langues nouvelles en ont deux; l'un qu'on appelle défini; come <i>le, la</i> , en François: & l' autre indefini, <i>un, une</i> ".
Diderot & D' Alembert (1751-1765, I: 726)	"La Grammaire générale de P, R. pag. 53. dit que <i>un</i> est <i>article</i> indéfini. Ce mot ne me paroît pas plus article indéfini que <i>tout</i> , article universel ou <i>ce, cette, ces</i> articles définis".
Lobato (1815[1770])	[É omissio.]

Quadro 3: o artigo - classificação

Como se conclui das passagens acima transcritas, tanto Figueiredo como Barbosa, na medida em que admitem a distinção definido/indefinido, seguem uma linha de descrição gramatical que, na tradição francesa, remonta à *Grammaire Générale et Raisonnée* (GGR), afastando-se da *Encyclopédie*, como, aliás, já observou Cardoso (1986: 153, n. 80; 95-96). Por outro lado, Figueiredo aproxima-se da *Encyclopedie*, onde as formas contraídas com a preposição *de* são designadas de *artigos compostos*²⁰. Segundo dados recolhidos em Schäfer-Prieß (no prelo: cap. 4.5.3.5.1; cap. 4.5.3.5.4.), em Portugal, é Manuel Dias de Sousa, na sua *Grammatica Portugueza* (Coimbra 1804), quem pela primeira vez inclui as formas *um, uma* entre os artigos, embora seja Barbosa quem, em *As duas línguas* (Coimbra 1807), primeiramente aborda as mesmas no contexto da distinção entre definido e indefinido. No entanto, ao comentar as suas fontes para esta matéria, Figueiredo (1827: 117) não menospreza o exemplo de Argote. Seja como for, neste assunto, Figueiredo (1827: 117-118, n. 4; 151, n 5) dá especial relevo aos modelos gramaticográficos encontrados na tradição francesa (René Guillon), flamenga (Nicolas Cleynaerts) e inglesa (Hugh Blair e Lindley Murray).

A respeito da sua conceção de caso/relação, nesta quarta edição, Figueiredo posiciona-se de forma ambivalente face à tradição, como ajuda a perceber o quadro 4.

Arnauld & Lancelot (1660: 52-53)	"Ces articles n'ont point proprement de cas, non plus que les noms. Mais ce qui fait que l'article <i>le</i> semble en avoir, c'est que le genitif & le datif se fait tousiours[sic] au plurier, & souvent au singulier par une contraction des particules <i>de & a</i> , qui son les marques de ces deux cas."
Diderot & D' Alembert (1751-1765, I: 724)	"Mais n'est-il pas plus simple & plus analogue au procédé des langues dont les noms ne changent point leur dernière syllabe, de n'y admettre ni cas ni déclinaison & d'observer seulement comment ces langues énoncent les mêmes vûes de l'esprit que les Latins font connoître par la différence des terminaisons? tout cela se fait ou par la

²⁰ "*Le, la les* sont les trois articles simples mais ils entrent aussi en composition avec la préposition *à* & avec la préposition *de*, & alors ils forment les quatres articles composés, *au, aux, du des*" (Diderot & D' Alembert, 1751-1765, I: 723).

	place du mot, ou par le secours des prépositions".
Lobato (1815[1770]: 14, n. 13)	"(...) Rigorosamente fallando, o artigo he indeclinavel dentro do mesmo número, por não variar a terminação".

Quadro 4: o conceito de *caso*

Por um lado, coloca-se na linha da gramática racionalista francesa, negando em rigor a possibilidade de declinação e substituindo o sistema de casos por um sistema de relações entre as palavras²¹. Por outro lado, pela redução da diferença entre as noções de *caso* e *relação* a uma questão de nomenclatura²² e pelas consequências de tal na sua teoria sobre o artigo, Figueiredo aproxima-se de uma tradição gramatical enraizada na descrição do Latim e nos seus paradigmas de declinação. Nessa medida, a postura de Figueiredo, no que toca à rejeição dos casos, aproxima-se mais da de Lobato, parecendo indicar que ambos documentam o processo de consolidação das teorias racionalistas num estágio ainda incipiente, diferentemente de Barbosa.

A própria argumentação com que Barbosa neutraliza a teoria de Figueiredo, estendendo o valor de indicador das propriedades do nome aos adjetivos, já aparece na *Encyclopédie*²³. Note-se que, antes de Barbosa, a influência da gramática francesa quanto à desvalorização do papel de indicador de género em benefício do valor de modificação semântica já se observa em Lobato, como se presente no quadro 2 e esclarece Schäfer-Prieß (no prelo: cap. 4.5.3.5.1.). Pese embora não ser perspectivada como uma função primária, está contemplada na descrição que Lobato (1815[1770]: 9) dá do artigo: "Serve tambem o Artigo para mostrar os casos, numeros, e generos dos Nomes, a que se antepõe, como veremos, quando tratarmos da sua declinação".

²¹ "O nome é em si indeclinável, pois, tirada a diferença dos numeros, nenhuma mudança ou variedade admitte em sua terminação" (Figueiredo, 1827: 8).

²² "Por onde se vê, que chamar cazos, ou relações, admittir declinações verdadeira, ou virtual: dizer com os antigos grammaticos *nominativo, genetivo, dativo, ou agente restringente, recipiente*, etc, sendo o mesmo quanto ao sentido, e diferenciando se somente, na forma, é questão meramente de nome, e de nenhuma importancia" (Figueiredo, 1827: 149, n. 3).

²³ "Presque tous nos Grammairiens (Régnier, *p. 141*. Restaut, *p. 64.*) nous disent que *le, la, les*, servent à faire connoître le genre des noms comme si c'étoit là une propriété qui fut particuliere à ces petits mots. Quand on a un adjectif à joindre à un nom, on donne à cet adjectif, ou la terminaison masculine, ou la féminine. Selon ce que l' usage nous en a appris, si nous disons *le soleil* plutôt que *la soleil*, comme les Allemands, c'est que nous savons qu'en François soleil est du genre masculin, c'est-à-dire, qu'il est dans la classe des noms de choses inanimées auxquels l'usage a consacré la terminaison des adjectifs déjà destinée aux noms des mâles, quand il s'agit des animaux. Ainsi lorsque nous parlons du soleil, nous disons *le soleil*, plutôt que *la*, par la même raison que nous dirions *beau soleil, brillant soleil* plutôt que *belle* ou *brillante*" (Diderot & D' Alembert, 1751-1765, I: 726).

3 - O hipérbato

O segundo eixo do debate é o de maior impacto, quer pela extensão que ocupa²⁴, quer pela projeção que lhe foi dada por Inocêncio. Figueiredo desenvolve-o, no âmbito da sintaxe irregular, no quadro da sua exposição sobre o hipérbato²⁵.

Fui notado de certo grammatico, por escrever assim na dedicatória desta arte: *Quando esta Grammatica comecei a escrever* etc, defeito em que crimina igualmente a Camões, (...) por imaginar verdadeira a regra, que havia dado, de que o paciente, quando é de couza, deve ir sempre depois do verbo (Figueiredo, 1827: 157-158, n. 15).

Já Barbosa constrói a sua censura na parte dedicada à construção direita, o que - como adiante se verá - tem implicações do ponto de vista do enquadramento doutrinal.

O Author da *Arte da Gramm. Portug.* impressa em Lisboa 1799 principia a dedicatória: *Quando esta Grammatica Portuguesa comecei a escrever, &c.* querendo por ventura imitar a João de Barros, *Dial. em louvor da L. P.* p. 207 da edição de Lisboa 1785, onde diz: *Que importa o meu trabalho ao Principe N. S. começar d' aprender, &c.* Porém esta construcção he muito mais retorcida, que a que o mesmo João de Barros tacha de tal nos versos ibid. p. 219 (Barbosa, 2004[1822]: 476).

A defesa de Figueiredo assenta em pressupostos de ordem estilística²⁶ e, sobretudo, em modelos de autoridade²⁷. Através dos modelos apresentados, Figueiredo argumenta acerca da tradição, vigência e correção do uso do hipérbato, conciliando autores da tradição greco-latina²⁸ com autores da tradição vulgar, bem como poetas com

²⁴ A nota em que se desenvolve esta matéria corresponde à n.º 15, que ocupa as páginas 157 a 160. É a mais extensa do total das noventa e duas notas que preenchem as páginas 115 a 160 desta obra.

²⁵ Antes da referência ao hipérbato alude de forma vaga a uma crítica que lhe foi dirigida sobre o tratamento da silepse: "e não pareçam muitos os exemplos, que mais ainda poderia trazer em prova, do que já alguém sem fundamento me quiz duvidar." (Figueiredo, 1827: 156, n. 13). Cotejando o exposto a este respeito pelos dois autores, não se conseguiu provar claramente se a mesma tem origem em Barbosa. Se normalmente as alusões de Figueiredo são corroboradas por críticas frontais em Barbosa, o mesmo não acontece a respeito desta matéria.

²⁶ "(...) Procurar a harmonia, e o numero" (Figueiredo, 1827: 157, n. 15).

²⁷ Entre os modelos literários, destaca-se o caso de Camões: quando o gramático lisboeta associa a censura à sua obra àquela exercida sobre o poeta, consegue atrair para si a autoridade daquele, ao mesmo tempo que, implicitamente, questiona a do censor perante uma figura de tal dimensão. Fazem ainda parte dessa estratégia de questionação as apreciações negativas que, neste contexto, tece sobre Barbosa ("se lesse com a diligencia devida"; "quão ríguoso vai este duro censor"; "austero tribunal de um tão famoso juiz" (Figueiredo, 1827: 158-160)).

²⁸ A forte sustentação em modelos clássicos, para além da autoridade inerente aos mesmos, poderá ter em conta o facto de Barbosa estar especialmente associado ao estudo desse modelos, em particular de alguns dos autores referidos, quer pelas obras que sobre eles publicou e das quais Inocêncio Silva nos informa no

prosadores, insistindo especialmente em sublinhar a propriedade do uso do hipérbato em textos em prosa - como é o seu. Importa sublinhar - até para melhor compreensão da retórica argumentativa do autor - que Figueiredo assume certa distância crítica relativamente à transposição do discurso dos clássicos²⁹, reforçada, no ponto a que esta mesma nota se refere, com um discurso de ponderação sobre os vícios de uso das figuras³⁰. No entanto, a leitura integral do capítulo em que a referida passagem se integra denuncia uma conceção bem mais positiva do hipérbato que aquela que encontramos no ponto da gramática de Barbosa que trata da mesma matéria. Atente-se nas definições que dão do hipérbato Figueiredo e Barbosa para uma melhor compreensão do que cada um dos autores entende por esta matéria.

Barbosa (2004[1822]: 479; 485)	<p>"O <i>Hyperbato</i> quer dizer <i>Transposição</i>, a qual se faz, ainda sem haver inversão, quando entre as palavras, ou concordadas ou regidas, postas mesmo em sua ordem direita, se mette alguma couza por meio, de sorte que as duas ideias correlativas não ficão junctas na oração, mas separadas huma da outra por algum espaço pequeno, ou grande".</p> <p>"Fazem-se as transposições ou hyperbatos, quando se separão ou o adjectivo do seu substantivo com quem concorda, ou a proposição incidente da palavra a quem modifica; ou o verbo de seus complementos necessarios, quaes são o objecto de sua acção, e o termo de sua relação; ou a preposição com seu consequente, do seu antecedente, cuja significação ou restringe, ou completa; ou em fim a preposição mesma, do seu consequente".</p>
Figueiredo (1827: 107)	<p>"O <i>hyperbato</i> é a transposição, ou ordem inversa das partes da oração, e dá-se todas as vezes que alternativamente se commutam ou trocam as palavras, e a collocação natural vai um pouco fora do uso commum, o</p>

seu dicionário, quer pelas funções que, conforme informa o mesmo autor (Silva, 1859, III: 276), assumiu, enquanto "encarregado de dirigir as edições dos auctores classicos para uso das escholas por aviso de 19 de Novembro de 1793". Note-se também que, ironicamente, alguns desses mesmos autores servem, simultaneamente, de suporte teórico à censura de Barbosa.

²⁹ " Assim é que não são proprias da lingua portugueza as transposições ao costume dos gregos, e latinos, aindaque tomou muito de ambas (...)" (Figueiredo, 1827: 157, n. 15).

³⁰ "No uso destas figuras a boa razão, e discurso ensinam que ellas são as gallas, e enfeites da oração; mas assimcomo as galas do corpo são ora agradaveis, ora de grandissimo enfado segundo a occasião, assim quando por ellas provem ao que dizemos energia, primor, graça laconica, e gravidade, então devidamente são consideradas figuras, e verdadeiros ornamentos da oração; e ao contrario quando empregadas incompetentemente, e com uso immoderado, em vez de produzirem bom effeito, trazem á oração deformidade, e embaraço na intelligencia, que he opposta á natura da linguagem, são vicios e devem-se evitar com a maior cautella, porquanto da boa elocução a principal virtude é a clareza" (Figueiredo, 1827: 108).

	que contribue muito para dar ornato, harmonia, e graça á oração".
--	---

Quadro 5: definição de hipérbato em Barbosa e Figueiredo

Figueiredo não precisa aqui os contextos sintáticos em que ocorre o hipérbato, as finalidades que serve em termos de significação, nem distingue os conceitos de *transposição* e *inversão*, como, por outro lado, faz Barbosa. Ambos oferecem uma descrição da figura assente em critérios sintáticos, mas não admitem como aceitáveis os mesmos contextos, não têm a mesma compreensão dos conceitos de *transposição*, *inversão* e *hipérbato*, nem os integram da mesma forma na sua doutrina sintática geral.

O peso dado à sintaxe difere bastante no conjunto da obra dos dois autores.

	Livro I	Livro II	Livro III	Livro IV
<i>Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa</i> (Lisboa 1822) ³¹	Da Orthoepia, ou Boa Pronunçiação da lingua portugueza (pp. 2-55)	Da Orthographia, ou boa Escriptura da Lingua Portugueza (pp. 56-96)	Da Etymologia, ou partes da Oração Portugueza (pp. 97-361)	Da Syntaxe, e Construcção (pp. 362-451)
<i>Arte de Grammatica Portugueza</i> (Lisboa 1827)	Prozodia (pp.84-94)	[Não há tratamento da ortografia]	Etymologia (pp. 6- 83)	Syntaxe (pp. 95-109)

Quadro 6: estrutura das obras³²

Como indicia o mesmo quadro, Figueiredo não distingue expressamente entre os conceitos de *sintaxe* e *construção*³³. Já Barbosa alicerça essa distinção no caráter geral da sintaxe por oposição ao caráter particular da construção.

Já dissemos que *Syntaxe* e *Construcção* são cousas diferentes. A *syntaxe* não consiste senão nos signaes escolhidos por qualquer lingua para indicar as correlações e relações das ideas, exprimidas pelas palavras. A *construcção* porém consiste nos diferentes arranjos e collocações, que se podem fazer destas mesmas palavras na oração, salvas suas concordancias e regencias. Ora como

³¹ Ao contrário do critério adotado para as restantes transcrições de Barbosa, neste quadro, a paginação refere-se à paginação original da obra e não à da edição moderna utilizada.

³² Agradeço ao Doutor Rolf Kemmler a correção de uma falha de edição com que este quadro sai reproduzido em Duarte (2010: 14).

³³ A identidade entre as duas noções apenas se explicita nas três primeiras edições da obra: "Syntaxe ou construcção he a conveniencia, harmonia, ou bem ordenada estructura das Partes da Oração entre si, na qual se devem considerar tres cousas muito principaes, que ella comprehende, que são Agente, Acção, ou verbo e Paciente" (Figueiredo, 1799: 106; 1804: 106; 1811: 106).

estes arranjos das palavras e das frases podem variar segundo as diferentes disposições, que ou pede a necessidade da enunciação, ou se permite o genio do escriptor, as construcções são também diferentes; porém a syntaxe fica sempre a mesma (Barbosa, 2004[1822]: 467-468).

Daqui decorre que, para Barbosa, a questão censurada não pertence ao âmbito da syntaxe, mas ao da construção, tratando-a na parte da obra intitulada "construção direita da oração complexa", como uma estrutura particular desviante. Não obstante, ela não é um caso de *construção direita*, porque é uma inversão dessa ordem, e, apesar disso, também não cabe entre a *construção invertida*, porque se trata de uma estrutura desviante à ordem natural do pensamento, sendo que tal não é compatível com a noção que Barbosa (2004 [1822]: 479) tem dos dois tipos de construção: "as construcções *Direita e Invertida* são ambas naturaes, porque ambas, quanto lhes he possível, se conformão á ordem, com que nosso espirito concebe as couzas". Barbosa distingue ainda o tipo de estruturas que cabe na construção invertida e o tipo de inversões que considera censuráveis, daquilo que considera *hipérbato*, como se ilustra seguidamente:

Os Gregos e Latinos chamavão *Anastrophes* a estas inversões, e não *Hyperbatos*, como ora lhe chamão nossos Grammaticos (Barbosa, 2004[1822]: 479).

Semelhantes transposições causão sempre desordem nas ideas. Os Gregos e Latinos lhes davão com rasão o nome de *Synchysis*, isto he, de *Mixturas* ou *Confusões*, e as contavão entre os vicios da Linguagem. Alguns de nossos Grammaticos comtudo as tem por figuras, e as auctorizão com estes e outros exemplos de Poetas, que mais são para estranhar, que para imitar (Barbosa, 2004[1822]: 486).

Embora a censura expressa seja aplicável a Figueiredo³⁴, faltam dados para corroborar que seja intencional, já que tal não condiz com a prática frontal de Barbosa.

Do anteriormente exposto conclui-se que, nos dois autores, a ordem das palavras é equacionada como um princípio lógico, como já apontou Bernardo (1985: 29) a respeito de Barbosa. Mas na sua estratégia defensiva a formulação do texto de Figueiredo (1827: 158, n. 15) destaca a subsidiariedade do hipérbato aos objetivos e efeitos estilísticos.

Dos dois gramáticos, só em Figueiredo há um tratamento por separado das figuras:

"A Syntaxe irregular e figurada consiste propriamente no uso das figuras.

³⁴ "Quando esta transposição é mais sensível de maneira que resulta della, mas sem vicio, mistura nas palavras, chama-se *synchysis*, que é uma das principaes especies de hyperbato" (Figueiredo, 1827: 108).

Entende-se por figura a locução apartada do commum uso do fallar, que parecendo não guardar a direita concordancia, ou regencia polas regras communs da grammatica, está todavia authorizada elegantemente pelo uso, e costume da linguagem sem se oppor a ellas.

Dividem-se em tres classes, e são, ou por faltar palavra na oração; ou por se accrescentar, ou por se transpor da ordem natural: e daqui nascem tres figura, que são: *ellypse*, *pleonasm*, e *hyperbato* (Figueiredo, 1827: 104).

Do ponto de vista doutrinal, há que observar que se há aspetos que colocam ambos os autores na linha do pensamento sintático racionalista (como o peso dado à sintaxe ou a subsidiariedade desta à lógica e à razão), tal não acontece, como vimos, na mesma medida, revelando-se a gramática de Barbosa como um produto mais sólido quanto à absorção das ideias racionalistas. Aliás, segundo Bernardo (1985: 24) a sintaxe não é tratada com tanto desenvolvimento em nenhuma outra gramática portuguesa até então publicada, nem sequer na chamada *Grammaire de Port-Royal*, que inspira a corrente gramatical filosófica na Europa³⁵.

Também a posição que Barbosa e Figueiredo assumem relativamente à diferenciação entre sintaxe e construção denuncia as suas afinidades teóricas. Ao distinguir estes conceitos, conforme foi já apontado por diferentes autores (Casteleiro, 1980: 107; Bernardo, 1985: 28, 37; Cardoso, 1986: 111; Schäfer-Prieß, no prelo: cap. 4.6.5; Ponce de León: inédito), Barbosa enquadra-se, em traços largos, numa linha de continuidade da *Encyclopédie*, onde tais noções figuram em entradas diferentes. No âmbito português, como informam Schäfer-Prieß (no prelo: cap. 4.6.5) e Ponce de León (inédito), é na já referida *Grammatica Portuguesa* de Sousa (1804) que tal distinção se insinua pela primeira vez, embora aí se vinque também a íntima ligação entre estes conceitos, tratando-os como capítulos diferentes de um mesmo artigo. Já Figueiredo, apresentando-os como equivalentes, segue a pegada da *GGR* e, em Portugal, de Lobato, conforme demonstra Fontes (2006: 176)³⁶ e ilustra o seguinte quadro:

Arnauld & Lancelot (1660: 140)	"Il reste à dire un mot de la Syntaxe ou Construction des mots ensembles, dont il ne sera pas difficile de donner des notions generales, suivant les principes que nous avons établis".
Diderot & D' Alembert (1751-1765, XV: 762; 1751-1765, IV: 73)	"J'ai dit (voyer GRAMMAIRE, de <i>L'Orthologie</i> , §. II) que l'office de la <i>Syntaxe</i> est d'expliquer tout ce qui concerne le concours des mots reunis pour exprimer une

³⁵ Bernardo (1985: 27) sintetiza os dados que suportam esta afirmação num útil quadro comparativo entre o texto de Barbosa e o de Port-Royal.

³⁶ A autora apoia-se, contudo, na definição que aparece na primeira edição da *Arte* de Figueiredo e que, como já se viu (cf. nota 33), apresenta, neste âmbito, diferenças significativas relativamente à definição da edição em que se centra este estudo: "Syntaxe é a parte da Grammatica que ensina a conveniencia, harmonia, ou bem ordenada contextura das partes da oração entre si" (Figueiredo, 1827: 95).

	<p>pensée: et M. du Marsais (voyer CONSTRUCTION) dit que c'est la partie de la grammaire qui donne la connoissance des signes établis dans une langue pour exciter un sens dans l'esprit. On voit que ces deux notion de la <i>Syntaxe</i> sont au fond identiques, quoiqu'énoncées en termes differens."</p> <p>"Je crois qu'on ne doit pas confondre <i>construction</i> avec <i>syntaxe</i>. <i>Construction</i> ne présente que l'idée de combinaison & d'arrangement".</p>
Lobato (1815[1770]: XXV e 172)	<p>"(...) Sendo a <i>Syntaxe</i> a principal parte da <i>Grammatica</i>, em que todos os <i>Grammaticos</i> dão regras da concordancia, e regencia das partes da oração (...)"</p> <p>"<i>Syntaxe</i> he a recta compsição [sic] das partes da oração entre si".</p>

Quadro 7: definições de sintaxe nos modelos de referência

Face ao mesmo quadro de referências considerado, as noções de inversão/hipérbato/transposição são também indicadoras da singularidade da proposta de Barbosa.

Arnauld & Lancelot (1660: 147)	<p>"Et celle qui renverse l'ordre naturel du discours, s'appelle HYPERBATE, ou <i>Renversement</i>".</p>
Diderot & D' Alembert (1751-1765, IV: 78, 79)	<p>"La quatrième sorte de figure, c'est <i>l'hyperbate</i>, c'est-à-dire confusion, mélange de mots: c'est lorsque l'on s'écarte de l'ordre successif de la construction simple; (...) Cette figure étoit pour ainsi dire naturelle au Latin".</p> <p>"Il faut prendre garde que les transpositions & le renversement de l'ordre ne donne pas lieu à des phrases louches, équivoques & ou l'esprit ne puisse pas aisément rétablir l'ordre significatif; car on ne doit jamais perdre de vûe, qu'on ne parle que pour être entendu: ainsi lorsque les transpositions même servent à la clarté, on doit, dans le discours ordinaire, les préférer à la <i>construction simple</i>".</p>
Lobato (1815[1770]: 218-219)	<p>"Hyperbaton se usa, quando na oração se não guarda a ordem natural das palavras. (...) Ha varias especies de Hyperbaton, que são: Anastrofe, Tmesis, Parenthesis, Synchesis".</p>

Quadro 8: definições de *Hipérbato* nos modelos de referência

Finalmente, como podemos constatar no quadro 9, a inexistência em Barbosa do tratamento por separado das figuras, distancia-o não só de Figueiredo, que nesse aspeto se assemelha a Lobato (Fontes 2006: 182-184), mas também da *GGR* (Bernardo, 1985:32-38) e ainda de Dumarsais.

Arnauld & Lancelot (1660: 145)	"Mais parce que les hommes suivent souvent plus le sens de leurs pensées, que les mots dont ils se servent pour les exprimer; & que souvent pour abreger ils retranchent quelque chose du discours; ou bien que regardant à la grace, ils y laissent quelque mot qui semble superflu, ou qu' ils en réservent l' ordre naturel: De là est venu qu'ils ont introduit quatre façons de parler, qu'on nomme figurées, & qui sont comme autant d' irregularitez dans la Grammaire, quoy qu'elles soient quelquefois des perfections & des bautez dans la Langue".
Alembert & Diderot (1751-1765, II: 76)	"La <i>construction figurée</i> est donc celle ou l'ordre & le procédé de l'analyse énonciative ne sont pas suivis, quoiqu'ils doivent toujours être aperçus rectifiés, ou supplés. Cette seconde sorte de construction est appellée <i>construction figurée</i> , parce qu'en effet elle prend une figure une forme, qui n'est pas celle de la <i>construction simple</i> ".
Lobato (1815[1770]: 173, 210)	"Syntaxe simples, ou regular he a composição das partes da oração, ordenada conforme as regras geraes da Grammatica". "Syntaxe figurada he a composição das partes da oração fóra das regras da Syntaxe simples, conforme o uso, e estillo da lingua. Figura da Syntaxe he, quando na oração faltaõ, sobraõ, ou se transpoem palavras".

Quadro 9: sintaxe figurada

Esta situação enquadra-se na descrita por Gómez Asencio (1981: 81-88) relativamente à divisão, dentro da gramática racionalista de finais do século XVIII, entre os sensualistas - que não consideram o tratamento estilístico das figuras como parte da gramática e os racionalistas - que lhes concedem um espaço específico.

4 - Outros casos

Fora destes dois eixos do debate, registam-se ainda duas situações de confronto teórico: i) Figueiredo (1827: 125, n. 20) sustenta contra outros gramáticos que não existem pronomes neutros, enquanto que Barbosa (2004[1822]: 219-220), coincidindo com o grupo de gramáticos criticado, defende que os pronomes neutros efetivamente existem. ii) Figueiredo (1827: 145, n. 2) critica as propostas de outros gramáticos quanto ao número e qualidade dos ditongos. Com efeito, o sistema de dezasseis ditongos de Barbosa (2004[1822]: 71) não coincide com o de doze de Figueiredo (1827:

84). A principal diferença entre as duas propostas parece residir no facto de o esquema de Figueiredo ser mais subsidiário da ortografia, enquanto que o de Barbosa se afigura mais devedor da oralidade, apresentando para cada ditongo as suas distintas grafias.

Simultaneamente, há, por outro lado, aspetos em que Figueiredo se opõe a outros gramáticos, mas coincide com Barbosa, embora sem o explicitar, como acontece relativamente ao papel da conjunção como elemento de união de orações e não de partes da oração (Figueiredo, 1827: 143-144, n. 68; Barbosa, 2004[1822]: 402), ou sobre a dificuldade e inexatidão na distinção das classes de interjeições (Figueiredo, 1827: 82; Barbosa, 2004[1822]: 157).

5 - Conclusão

No termo deste trabalho é oportuno sugerir a pertinência de realizar o cotejo global das obras dos dois autores assim como de tentar rastrear se o debate de que se ocupa o presente estudo teve ou não continuidade noutros gramáticos coevos ou posteriores. Tais objetivos escapavam contudo aos propostos para este estudo.

Analisada a argumentação no debate que se procurou aqui recuperar, resta concluir que, nas principais matérias do confronto, a *Arte de Grammatica Portugueza* revela seguir mais de perto a teoria da *Grammaire Générale et Raisonnée* e/ou Lobato, enquanto que a *Grammatica Philosophica* se aproxima mais da *Encyclopédie* e da corrente sensualista - com destaque para Beauzée dentro das referências privilegiadas neste estudo -, sem prejuízo de que, em determinados momentos, assumia posições de vincada singularidade face ao *corpus* aqui considerado.

Referências

- 1800, fevereiro 22, Lisboa - *Registo da obra «Arte de Grammatica Portugueza» de Pedro José de Figueiredo*. INCM / AIN, Registo de Obras, Livro 28 (1797-1803).
- 1805, janeiro 3, Lisboa - *Registo da obra «Arte de Grammatica Portugueza» de Pedro José de Figueiredo*. INCM / AIN, Registo de Obras, Livro 29 (1804-1808).
- 1811, abril 1, Lisboa - *Registo da obra «Arte de Grammatica Portugueza» de Pedro José de Figueiredo*. INCM / AIN, Registo de Obras, Livro 31 (1810-1814).
- 1827, fevereiro 8, Lisboa - *Registo da obra «Arte de Grammatica Portugueza» de Pedro José de Figueiredo*. INCM / AIN, Registo de Obras, Livro 35 (1825-1828).
- 1837, maio 20, Lisboa - *Registo da obra «Arte de Grammatica Portugueza» de Pedro José de Figueiredo*. INCM / AIN, Registo de Obras, Livro 39 (1836-1837).
- Amor Couto, Manuel (2004) Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa. *Revista galega de filoloxía* 5, pp. 11-31.
- Arnauld, Antoine & Claude Lancelot (1660) *Grammaire générale et raisonnée. Contenant les fondements de l'art de parler; expliquez d'une maniere claire &*

- naturelle; les raisons de ce qui est commun à toutes les langues, & des principales differences qui s'y rencontrent; Et plusieurs remarques nouvelles sur la Langue Française.* Paris: Pierre Le Petit.
- Barbosa, Jerónimo Soares (2004[1822]) *Gramática Filosófica da língua Portuguesa*. Edição anastática, comentário e notas críticas de Amadeu Torres. Braga: Faculdade de Filosofia – Universidade Católica Portuguesa.
- Bernardo, Maria Gabriela (1985) A ordem das palavras na gramática filosófica de Jerónimo Soares Barbosa. *Arquipélago. Série Línguas e Literaturas* 1 (7), pp. 21-41.
- Casteleiro, João Malaca (1980) Jerónimo Soares Barbosa, um gramático racionalista do século XVIII. *Boletim de Filologia* 26. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade, pp. 102-108.
- Cardoso, Simão Cerveira (1986) *Gramática filosófica de Jerónimo Soares Barbosa: Reflexos da gramática geral*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Diderot, Denis & Jean le Rond D' Alembert (1751-1765) *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Paris: Briasson, David, Breton, Durand.
- Duarte, Sónia (2010) A censura, por Jerónimo Soares Barbosa, à *Arte da Grammatica Portugueza* de Pedro José de Figueiredo: o debate sobre a da ordem das palavras, na esteira da gramática racionalista. *Estudios Portugueses* 9. Salamanca: Universidad de Salamanca, pp. 9-26.
- (no prelo) La presencia castellana en el *Arte da Grammatica Portugueza* de Pedro José de Figueiredo. In Atas do VIII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística. Universidad Rey Juan Carlos, Fuenlabrada (Madrid), 12 a 15 de dezembro de 2011.
- Figueiredo, Pedro José de (1827) *Arte da Grammatica Portugueza*. Lisboa: Impressão Regia.
- Fontes, Susana Alves Póvoa (2006) *Pedro José de Figueiredo: ideias linguísticas no quadro cultural setecentista*. Dissertação de mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- (2010) Pedro José de Figueiredo: (des)continuidade nas classes de palavras em A *Arte da Grammatica Portugueza*. In Carlos Assunção, Gonçalo Fernandes e Marlene Loureiro (eds.). *Ideias Linguísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX)*, vol. I. Münster: Nodus Publikationen, pp. 257-266.
- Gómez Asencio, José Jesús (1981) *Gramática y categorías verbales en la tradición española (1771-1847)*. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca.
- Kemmler, Rolf, Carlos Assunção & Gonçalo Fernandes (2009) Subsídios para o estudo das Gramáticas Filosóficas de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), *Domínios de Lingu@gem* 6 (ano 3, n.º 2), pp. 202-223 (documento eletrónico disponível em

- <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/viewFile/11514/6794>
- consultado por ultima vez em 6 de março de 2012).
- Kemmler, Rolf (2010) Die Eschola Popular das Primeiras Letras von Jerónimo Soares Barbosa (1796). *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft* 20, 2, pp. 203 - 226.
- (no prelo) Para a Receção da Gramática Geral em Portugal: a tradução portuguesa da *Grammaire Générale* de Nicolas Beauzée. In Emili Casanova (ed.) *Actes du XXVIe Congrès Internationale de Linguistique et Philologie Romanes*.
- Lobato, Antonio José dos Reis (1815[1770]) *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Impr. da viuva Neves e filhos.
- Ponce de León, Rogelio (inérito) Gramática comparada e gramática geral no Portugal de inícios de Oitocentos: a teoria sintáctica em *As duas linguas* (Coimbra 1807) de Jerónimo Soares Barbosa. Comunicação oral ao Colóquio "Gramática, História, Teorias, Aplicações. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 22 de outubro de 2008.
- Schäfer-Prieß, Barbara (no prelo) *A Gramaticografia Portuguesa de 1540 até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*. Tradução de Jaime Ferreira da Silva, revista e atualizada pela autora.
- (2001) A introdução da *Grammaire Générale* Francesa em Portugal. In Thielemann, Werner (ed.). *Século XVIII: século das Luzes – Século de Pombal*. Frankfurt am Main: TFM, pp. 99-127.
- (2005) Gramaticografia em contacto: as gramáticas portuguesas de Pedro José da Fonseca e Jerónimo Soares Barbosa e a *Gramática de la lengua castellana* da Real Academia Española de 1771, *Estudios Portugueses* 5, 129-136.
- Silva, Inocência Francisco da (1858-1958) *Diccionario bibliographico portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*. [a partir do vol. IX: continuado e ampliado por Brito Aranha], 23 vols. Lisboa: Na Imprensa Nacional. Obra reeditada em reprodução fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d.
- Silva, Luís Duarte Vilela da (1828) *Observações críticas sobre alguns artigos do Ensaio estatístico do reino de Portugal e Algarves publicado em Paris por Adriano Balbi*. Lisboa: Imprensa Régia.
- Torres, Amadeu (2004) Comentário à *Gramática filosófica da língua portuguesa de Jerónimo Soares Barbosa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, pp. 3-35.
- (2010) O gramaticalismo filosófico de J. Soares Barbosa (1822) e os seus primeiros discípulos no Brasil. In Carlos Assunção, Gonçalo Fernandes e Marlene Loureiro (eds.). *Ideias Linguísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX)*, vol. II. Münster: Nodus Publikationen, pp. 851-864.